

Resultados elogiados e impacto contestado

O desempenho da Madeira no âmbito dos fundos europeus e o seu impacto na vida dos cidadãos estiveram no centro do debate parlamentar realizado ontem, na Assembleia Legislativa da Madeira.

Por **Romina Barreto**
romina.barreto@jm-madeira.pt

O relatório anual "A Região Autónoma da Madeira na União Europeia – 2025" esteve ontem em apreciação na Assembleia Legislativa da Madeira, num debate marcado por posições divergentes entre as várias forças políticas quanto ao impacto e à gestão dos fundos europeus na Região.

A sessão contou com a presença do secretário regional das Finanças, Duarte Freitas, que apresentou o balanço da participação madeirense na União Europeia ao longo de 2025, destacando níveis elevados de execução dos fundos comunitários e alertando para os desafios do próximo quadro financeiro europeu.

Na intervenção inicial, o governante sublinhou que a relação entre a Madeira e a União Europeia "não é uma abstração institucional", mas sim "um instrumento concreto de desenvolvimento" e uma "garantia de coesão territorial e de igualdade de oportunidades". Referiu ainda que 2025 foi um ano "particularmente exigente", por coincidir com três ciclos financeiros distintos, mas assegurou que "a Madeira fez aquilo que sempre faz quando é chamada a responder a desafios exigentes: executou e executou muito bem".

O governante destacou a conclusão de programas como o Madeira 14-20 e o PRODERAM 2020, com taxas de execução "praticamente totais", sublinhando que "estes não são números abstratos. São empresas apoiadas. São empregos criados. São infraestruturas concretizadas". Defendeu também o papel da Região no contexto europeu, nomeadamente no âmbito das Regiões Ultraperiféricas, frisando que este estatuto responde a "constrangimentos permanentes", como a insularidade e os custos acrescidos. Deixou, contu-



A apreciação do relatório "A Região Autónoma da Madeira na União Europeia – 2025" decorreu esta quarta-feira.

do que "estamos há 30 meses com a inflação mais alta do país" e que o cabaz alimentar subiu 50%, criticando igualmente falhas na execução do PRR e na política energética.

Já o PSD, através do deputado Brício Araújo, saiu em defesa do relatório, considerando evidente o impacto da União Europeia na Região. "Qualquer pessoa que leia o relatório percebe o impacto da União Europeia na vida dos madeirenses", observou. Ainda assim, admitiu preocupações, nomeadamente quanto à ausência de referências às Regiões Ultraperiféricas na estratégia do mercado único.

Pelo CDS, a deputada Sara Madalena levantou dúvidas sobre a suficiência dos apoios europeus, questionando "de que forma a Madeira pretende reforçar o POSEI para compensar a inflação" e se os apoios às pescas são adequados. Em resposta, Duarte Freitas reiterou que as propostas em discussão na Comissão Europeia podem ser "potencialmente

garantindo a defesa dos interesses regionais.

A Iniciativa Liberal, pela intervenção do deputado Gonçalo Maia Camelo, alertou para a baixa execução do PRR, referindo que, no final de 2025, a taxa global era de 36%. O deputado considerou o plano "inexequível" e questionou o destino das verbas não executadas, alertando também para incertezas quanto ao futuro da Zona Franca da Madeira.

Por sua vez, o Chega, através de Miguel Castro, criticou o relatório por falta de impacto concreto na vida dos cidadãos. Embora reconhecendo a importância da União Europeia, afirmou que "há uma diferença enorme entre reconhecer a importância da Europa e usar a Europa como cortina de fumo para esconder falhas regionais", defendendo maior eficácia na execução dos fundos e mais resultados visíveis para a população.

O debate decorreu no âmbito da apreciação anual prevista no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional